



SUPERINTENDÊNCIA
DA ZONA FRANCA DE MANAUS

www.suframa.gov.br

Clipping Local e Nacional On-line

Nesta edição 8 **matérias**

Coordenação Geral de Comunicação Social - CGCOM

Manaus, quinta-feira, 1 de dezembro de 2011

JORNAL DO COMMERCIO Inclusão da smart TV em Lei do Bem ameaça ZFM 1 VEICULAÇÃO LOCAL	
A CRITICA Empresários do PIM pedem intervenções no polo de Duas Rodas 2 VEICULAÇÃO LOCAL	
O ESTADO DE SÃO PAULO Investimento deve garantir IPI menor para montadoras..... 3 VEICULAÇÃO NACIONAL	
O ESTADO DE SÃO PAULO Governo anuncia hoje pacote para facilitar o crédito e estimular economia 4 VEICULAÇÃO NACIONAL	
ESTADO DE MINAS Em dia com a política :: Baptista Chagas de Almeida..... 5 VEICULAÇÃO NACIONAL	
O POVO Decreto muda regime automotivo até 15/12, diz Pimentel..... 6 VEICULAÇÃO NACIONAL	
ASSESSORIA MDIC Governo regulamenta programa de desoneração para exportadores..... 7 VEICULAÇÃO NACIONAL	
VALOR ONLINE Governo vai reduzir IOF sobre crédito na próxima semana, diz Pimentel 8 VEICULAÇÃO NACIONAL	

	VEÍCULO JORNAL DO COMMERCIO	EDITORIA	
	TÍTULO Inclusão da smart TV em Lei do Bem ameaça <u>ZFM</u>		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO LOCAL	

Depois da inserção dos tablets no Programa de Inclusão Digital previsto pela Lei nº 11.196, a proposta do Ipea (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada) ao **Governo Federal** é de que a chamada Smart TV televisão integrada Por Juliana Geraldo Depois da inserção dos tablets no Programa de Inclusão Digital previsto pela Lei nº 11.196, a proposta do Ipea (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada) ao **Governo Federal** é de que a chamada Smart TV televisão integrada - seja o próximo item a compor a Lei do Bem como parte do projeto de convergência digital brasileiro. Caso se concretize, cerca de 40% da **produção** da **ZFM** (setor eletroeletrônico e de bens de informática, em especial a **produção** de televisores) está sob risco, conforme alertam representantes da indústria entrevistados pelo Jornal do Commercio.

De acordo com o relatório do órgão, por permitir o acesso à internet, a Smart TV deve ter direito a benefícios fiscais como isenção de PIS/COFINS, podendo ser fabricado em qualquer localidade do país que ofereça as condições necessárias. A sugestão é que o incentivo fiscal seja regulado pela funcionalidade do equipamento, e não por sua tecnologia e que qualquer aparelho criado para permitir o acesso à internet seja beneficiado com redução nas alíquotas de impostos, especialmente se for voltado para as classes de baixa renda.

O objetivo do governo é nacionalizar todos os produtos de convergência digital. Todo o trabalho da bancada amazonense foi no sentido de evitar exatamente que além dos tablets, produtos como notebooks e os televisores fossem atingidos. Se a proposta virar realidade, os prejuízos serão incalculáveis, afirmou o presidente do Cieam (Centro das Indústrias do Estado do **Amazonas**), Wilson Périco.

Na opinião do presidente do Sinaees (Sindicato das Indústrias de aparelhos Elétricos, Eletrônicos e Similares de **Manaus**), Celso Piacentini, a convergência digital é um golpe contra a **Zona Franca** de **Manaus**. Do nosso ponto de vista, a Smart TV ainda é uma TV, assim como a LCD e a de plasma,

por isso não concordamos e tememos pelos efeitos no segmento eletroeletrônico, destacou.

O economista José Alberto Machado explica que a política do governo brasileiro é no sentido de redirecionar a convergência para fora de **Manaus**. É difícil supor que o Governo deixe a **produção** centralizada na **ZFM** porque até hoje não conseguimos desenvolver nenhum centro tecnológico para dar o suporte necessário à **produção** do equipamento, constatou.

Para ele, o modelo **ZFM** está desencaixado da política nacional e como o caminho natural é uma transição da categoria de bens de informática para a de bens de convergência digital, os abalos no **PIM** já poderão ser sentidos a partir do ano que vem caso nenhuma mudança de curso se realize.

Temos potencial, mas ficar brigando para manter o modelo do jeito que está é perda de tempo. A **ZFM** está obsoleta, o modelo do jeito que conhecemos faz parte do passado, criticou.

Soluções

O deputado federal Francisco Praciano (PT) aponta ainda que por ser um produto estratégico, dificilmente **Manaus** conseguirá a exclusividade sobre a **produção**. A solução é o **Amazonas** ampliar o leque para segmentos e produtos que estejam fora do guarda chuva dessa lei Lei de Informática-, como o polo naval, por exemplo, porque o setor de eletroeletrônico apesar de muito forte deve perder força nos próximos anos.

Por Publicação JC

	VEÍCULO A CRITICA	EDITORIA	
	TÍTULO Empresários do <u>PIM</u> pedem intervenções no polo de Duas Rodas		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO LOCAL	

O ministro do **Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior**, José **PIM**entel, ouviu nessa terça-feira (29) as reivindicações das entidades e empresários do polo de duas rodas, instalado na **Zona Franca de Manaus**.

Eles foram pedir intervenção do **Governo Federal** para pôr fim à **importação**, vinda da Ásia, dos ciclomotores (veículos propulsores de 50 centímetros cúbicos e velocidade máxima de 50 km/hora) que chegam ao **Brasil** a preço abaixo do que é produzido no **mercado** nacional.

Dados do setor indicam que, em 2010, foram **importadas** 90.150 unidades contra uma **produção** nacional de 35.054 motocicletas de até 50 cilindradas em **Manaus**.

Para estancar a enxurrada de motos asiáticas **importadas**, o empresariado amazonense está pedindo elevação da alíquota do Imposto de **Importação** (II) para os veículos com motor de pistão alternativo de cilindrada não superior a 50cm³; unificação das alíquotas do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) pelo valor máximo de 35%, já solicitados ao **Ministério** da Fazenda; estabelecimento de valores mínimos de acordo com a categoria de cilindrada da motocicleta e atualização do Código de Trânsito definindo, com clareza, as características do ciclomotor que permita diferenciá-lo de uma motocicleta de 50 cilindradas.

Risco

O diretor da Associação Brasileira dos Fabricantes de Motocicletas, Ciclomotores, Motonetas, Bicicletas e Similares (Abraciclo), Paulo Takeuchi, e os diretores da Moto Honda, Dafra Motos, Yamaha e Kasinski apontaram ao ministro **PIM**entel os pontos que põem em risco a competitividade do

polo de duas rodas: as motocicletas de 50 cilindradas recebem hoje tratamento de ciclomotor; aumento das **importações** causado, entre outros fatores, pela alíquota de IPI de 15%; utilização da motocicleta de 50cc por jovens não habilitados; a ausência de emplacamento e licenciamento das pequenas motos, assim como as dificuldades de fiscalização.

Os empresários disseram ao ministro do **Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior** que as motos de 50 cilindradas é um veículo com apelo popular, barato e econômico.

Enquanto uma moto **importada**, que entra no **Brasil** a US\$ 331 e é vendida no **mercado** nacional a R\$ 2,89 mil à vista ou em 29 parcelas de R\$ 129,99, as fabricadas na **ZFM** são vendidas a R\$ 3,33 mil.

É um **mercado** predominantemente constituído por veículos **importados**, por causa do baixo preço de **importação** aliado ao IPI baixo. Mostraram a incidência dos impostos sobre o ciclomotor: IPI de 15%; II de 20%; PIS a 1,65%, Cofins de 7,60% e a cobrança de **ICMS** a 17%.

O diretor-presidente da Dafra Motos, Creso Franco, informou que o ministro disse que algo precisa ser feito e o tema envolve uma articulação governamental mais ampla, incluindo outros **Ministérios** e que está disposto a atuar para fortalecer o polo de duas rodas de **Manaus**.

"Esse volume de **importação** demonstra que o País está consumindo, mas gerando emprego no exterior. Isso é nocivo para o **Brasil** e para a **Zona Franca de Manaus**", disse a senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), que articulou a audiência dos empresários do polo de duas rodas no **Mdic**.

	VEÍCULO O ESTADO DE SÃO PAULO	EDITORIA	
	TÍTULO Investimento deve garantir IPI menor para montadoras		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

Plano do governo é conceder um crédito às empresas que se comprometerem a investir para alcançar 65% de conteúdo nacional

RENATA VERÍSSIMO / BRASÍLIA - O Estado de S.Paulo

As montadoras que se comprometerem com novos investimentos no Brasil devem receber um crédito como estímulo à produção nacional, segundo uma fonte do governo. As regras estarão em um decreto, que será publicado nos próximos dias, definindo uma regra de transição para as empresas que não cumprirem as exigências que entram em vigor no dia 16 de dezembro.

Nessa data, haverá aumento de 30 pontos percentuais do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) para as montadoras que não utilizam pelo menos 65% de componentes locais (Mercosul) e cumpram seis de onze fases do processo produtivo no Brasil. Quem se comprometer com novos investimentos receberá um crédito presumido, uma espécie de desconto do IPI.

As regras de transição serão para as empresas que se comprometerem em aumentar o índice de conteúdo local. Valerá para a instalação de novas montadoras no Brasil e para as que já estão no País, mas não estão enquadradas nos critérios definidos pelo governo - neste caso, terão de apresentar um projeto prevendo o aumento do uso de peças regionais. As montadoras enquadradas também podem receber o crédito presumido de IPI para investimentos novos, como o desenvolvimento de uma planta para a produção de um novo modelo de automóvel no Brasil.

"Significa que os 30 pontos de majoração de IPI, aos poucos, vão ficar restritos apenas aos produtos 100% importados. Aquelas empresas que já estão aqui, que estão começando a implementar novas fábricas ou que apresentarem projetos de implantação vão ter um tratamento diferenciado no que diz respeito ao IPI", explicou o ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Fernando PIMentel.

Efeito Asia. Porém, o governo deve se prevenir para evitar que ocorram casos como o da Asia Motors do Brasil - que era controlada pela Kia. A empresa prometeu, nos anos 1990, construir uma fábrica no País, em troca de benefícios fiscais. A unidade nunca saiu do papel, mas a empresa usufruiu da redução de tributos. Por isso, o decreto deve prever uma auditoria a cada seis meses nas empresas. Em caso de descumprimento dos prazos, o IPI será cobrado retroativamente.

O ministro disse que vão ser fixados prazos e exigências de conteúdo local e tecnológico. PIMentel informou que as formas de aferição de conteúdo local serão alteradas em relação ao que já foi anunciado. Segundo ele, os prazos vão variar de acordo com cada processo produtivo básico (PPB). O ministro chamou as mudanças de segunda etapa do regime automotivo.

O aumento no IPI só começa a vigorar em 16 de dezembro porque o Supremo Tribunal Federal (STF) determinou que fosse cumprido um prazo de noventa (90 dias) entre o anúncio e a vigência das novas alíquotas. Por causa disso, o governo adequou também as datas para habilitação das empresas ao novo regime. As empresas terão até o dia 16 de janeiro de 2012 para solicitar a habilitação definitiva. No dia 1.º de fevereiro, só continuarão com as alíquotas do IPI no patamar atual as empresas que atenderem os critérios fixados pelo governo.

O anúncio da elevação do IPI em setembro provocou um mal-estar entre parceiros comerciais do Brasil. Logo após o anúncio da medida, representantes diplomáticos dos principais países exportadores de automóveis pediram esclarecimentos sobre a medida ao governo brasileiro no âmbito da Organização Mundial do Comércio (OMC).

	VEÍCULO O ESTADO DE SÃO PAULO	EDITORIA	
	TÍTULO Governo anuncia hoje pacote para facilitar o crédito e estimular economia		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

Ministério da Fazenda vai reduzir à metade o IOF sobre operações de crédito de pessoas físicas e dará incentivos fiscais a alguns setores

RENATA VERÍSSIMO , ADRIANA FERNANDES / BRASÍLIA - O Estado de S.Paulo

O governo anuncia hoje mais uma pacote de medidas para estimular a economia. O **Ministério** da Fazenda vai reduzir à metade o imposto sobre as operações de crédito feitas por pessoas físicas e dará incentivos para alguns setores, como o de eletroeletrônicos.

Em abril deste ano, a Fazenda dobrou a alíquota do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF), de 1,5% para 3%, como parte do esforço para moderar o consumo. Agora, preocupado com a perda de dinamismo da economia e com a perspectiva cada vez maior de um desfecho lento para a crise europeia, o governo resolveu reverter a medida.

O ministro do **Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior**, Fernando **PIMentel**, deixou claro ontem que o foco dessa nova rodada de estímulos seria o crédito. "Vamos levantar um pouco as restrições que tinham sido feitas no início do ano, as tais medidas macroprudenciais", disse o ministro.

PIMentel afirmou ainda que há várias ações que podem ser feitas na área do crédito, além da redução de tributos. "Pode aumentar o prazo, pode tirar a entrada no crédito ao consumidor, tem muita coisa que pode ser feita", disse, sem definir se o pacote que será anunciado hoje contemplará todas as alternativas.

A liberação de parte do dinheiro que é depositado compulsoriamente pelas instituições financeiras no Banco Central também vem sendo analisada pela equipe econômica como uma forma de ajudar a garantir dinheiro no **mercado**. O próprio ministro da Fazenda, Guido Mantega, já admitiu que essa liberação pode ser feita para irrigar o crédito.

O anúncio das medidas deve ser feito depois do encontro que Mantega terá com representantes do setor de varejo. A reunião está prevista para o início da manhã de hoje.

Alívio. No começo de novembro, o BC reduziu o volume de dinheiro que os bancos precisam manter em reserva para realizar empréstimos de curto e médio prazos. A medida abre espaço para estimular o consumo no fim do ano. O BC também desistiu de elevar o pagamento mínimo do cartão de crédito, que passaria de 15% para 20% do valor da fatura este mês. O início do ciclo de corte da taxa básica de juros também produz efeitos positivos para o **mercado** de crédito.

Nessa linha de estímulo, o Conselho Monetário Nacional (CMN) aprovou ontem nova regra que favorece bancos pequenos e médios nas operações de venda de carteiras de crédito.

Pulso. Mantega reuniu-se nos últimos dias, em São Paulo, com empresários e representantes de entidades financeiras ligadas à indústria e ao varejo, para sentir o "pulso" atual da atividade econômica e tentar captar como anda o "termômetro" do crédito no País.

O governo está preocupado com a queda das vendas no varejo. O **mercado** doméstico continua a ser a principal aposta para acelerar a economia e superar os efeitos da crise econômica internacional.

Apesar do aumento do endividamento da população nos últimos anos, o governo não vê risco de bolha de crédito no País. No Brasil, ao contrário dos Estados Unidos e da Europa, o aumento do crédito tem ocorrido num ambiente de taxas elevadas de juros. Os prazos dos financiamentos também não são tão longos. Nesses países, as pessoas aproveitaram justamente os juros baixos e os prazos longos dos financiamentos para tomarem mais crédito.

	VEÍCULO ESTADO DE MINAS		EDITORIA
	TÍTULO Em dia com a política :: Baptista Chagas de Almeida		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

Choro é livre

Apesar da imensa choradeira da bancada do **Amazonas**, a Câmara dos Deputados aprovou esta semana a PEC da Música, que estende a todo o país os incentivos fiscais hoje só concedidos na **Zona Franca** de **Manaus**. A birra dos amazonenses não tem razão de ser. A própria **Zona Franca**

tem data, "improrrogável", para acabar, Só que quando o prazo está para acabar, o estado sempre mexe os pauzinhos e consegue, na hora H, prorrogar os benefícios. Mas o choro é livre.

	VEÍCULO O POVO	EDITORIA	
	TÍTULO Decreto muda regime automotivo até 15/12, diz <u>PIM</u>entel		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

O ministro do **Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior**, Fernando **PIM**entel, informou hoje que o governo irá publicar até o dia 15 de dezembro um novo decreto alterando as regras para o setor automotivo, anunciadas há cerca de três meses. "Será a segunda etapa do regime automotivo", explicou, após participar de solenidade de abertura da conferência Américas.

PIMentel disse que o governo irá flexibilizar as regras de cumprimento de conteúdo local para as empresas que queiram instalar fábricas no **Brasil** e fazer novos investimentos. As regras atuais preveem um aumento em 30 pontos percentuais no Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) para as empresas que não cumprirem passos da **produção** no

Brasil e não utilizarem 65% de conteúdo produzido no **Mercosul**. A medida encarece a tributação sobre carros **importados**.

O ministro disse que haverá um cronograma para uso de componentes locais e **desenvolvimento** de tecnologia. "Vamos mudar a forma de aferição de conteúdo local. Vai depender de cada Processo Produtivo Básico (**PPB**)", disse. Ele, no entanto, não quis entrar em detalhes da mudança. O novo decreto precisa ser publicado até o dia 15 de dezembro, porque, no dia 16, entra em vigor o aumento do IPI.

	VEÍCULO ASSESSORIA <u>MDIC</u>	EDITORIA	
	TÍTULO Governo regulamenta programa de desoneração para <u>exportadores</u>		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

Reintegra prevê benefícios para 8.630 códigos tarifários

Brasília (1º de dezembro) – O governo regulamenta hoje, em edição extra do Diário Oficial da União, o Regime Especial de Reintegração de Valores Tributários para as Empresas **Exportadoras** (Reintegra). O regime prevê a desoneração de resíduos de tributos indiretos (Cide, IOF, PIS, Cofins, etc.) sobre os produtos industrializados brasileiros **exportados**. O Reintegra é uma das principais medidas do Plano **Brasil** Maior, lançado no último mês de agosto, e a regulamentação do programa acontece na sequência da aprovação no Congresso Nacional da Medida Provisória nº 540/2011, que tratou do tema. O regime irá vigorar de hoje até o dia 31 de dezembro de 2012. “A desoneração das **exportações** somada às medidas de estímulo ao consumo que acabam de ser anunciadas vão dar novo vigor à indústria brasileira”, disse o ministro do **Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior**, Fernando **PIM**entel.

O ministro destaca que o Reintegra é um dos mais amplos programas de desoneração já concedidos à indústria nacional. “Trabalhamos nesse programa para aumentar a capacidade da indústria brasileira frente a um cenário de forte concorrência e de muita competitividade que nos deparamos no mundo atual”, disse. As empresas beneficiadas terão direito a reintegração equivalente ao percentual de 3% da receita de **exportação**. Serão beneficiados pelo regime 8.630 códigos tarifários que responderam, em 2010, por mais de US\$ 80 bilhões em **exportações**.

Como regra, poderão ser beneficiados os produtos em que os custos dos insumos **importados** não forem superiores a 40% do preço de **exportação**. No entanto, para bens considerados de alta tecnologia (produtos farmacêuticos; máquinas, aparelhos e materiais elétricos e eletrônicos e partes; aeronaves e partes; instrumentos, aparelhos e partes;

e aparelhos de relojoaria e partes), esse limite foi elevado a 65%, uma vez que se tratam de setores com uma necessidade maior de **importação** de componentes para a garantia da competitividade.

Como os produtos **importados** e **reexportados** por empresas brasileiras não carregam os resíduos tributários objeto do regime, o Reintegra não os beneficiará. Já os insumos **importados** dos países integrantes do **Mercosul**, que cumprirem os requisitos de origem do bloco econômico, serão considerados como nacionais para aplicação do Reintegra.

O decreto também prevê a criação de um grupo técnico, formado pelo **Ministério** da Fazenda e pelo **MDIC**, que terá a tarefa de examinar eventuais propostas de alterações do percentual de reintegração, do percentual máximo de insumos **importados** e da lista de produtos elegíveis ao regime.

Desburocratização: crédito tributário ou espécie

Para viabilizar um procedimento simplificado e menos burocrático, as próprias empresas poderão atestar à Receita Federal o cumprimento pelo produto **exportado** dos requisitos estabelecidos, inclusive quanto ao limite de conteúdo **importado**. Os **exportadores** poderão ainda utilizar os valores do Reintegra para compensar débitos próprios, vencidos ou vincendos, relativos a tributos administrados pela Receita ou, então, solicitar a quantia em espécie.

O processamento dos créditos do Reintegra será realizado trimestralmente por um dos sistemas eletrônicos da Receita Federal (PER/DCOMP), o que irá garantir rapidez e segurança na validação dos créditos, mesmo no caso de reintegração em espécie. O pedido de ressarcimento ou a declaração de compensação somente poderão ser transmitidos após o encerramento do trimestre calendário em que ocorreu a **exportação** e após a averbação do embarque.

	VEÍCULO VALOR ONLINE	EDITORIA	
	TÍTULO Governo vai reduzir IOF sobre crédito na próxima semana, diz <u>PIMentel</u>		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

BRASÍLIA - O governo decidiu fixar data para a redução do IOF sobre crédito para pessoa física. Segundo o ministro Fernando PIMentel, será na semana que vem.

O ministro da Fazenda, Guido Mantega, deve cortar o Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) de 3% para 1,5%, retornando a alíquota para o nível de março deste ano, conforme antecipou o portal do Valor na semana passada. Essa medida estava sendo avaliada já há uns dez dias.

O Conselho Monetário Nacional (CMN) também decidiu aliviar a situação dos pequenos e médios bancos, os primeiros a sentir os efeitos da escassez de crédito em momentos de crise. Há estudos ainda para a concessão de incentivos fiscais

para setores da economia que estiverem sofrendo os efeitos da desaceleração.

O entendimento no governo é de que a crise europeia piora dia a dia. Ao mesmo tempo, não há sinais claros de uma recuperação da economia brasileira de outubro para cá, mesmo depois que o Banco Central reduziu os juros e flexibilizou medidas de aperto do crédito. A munção anticrise está sendo intensificada.

(Claudia Safatle | Valor)